



# Anais da Assembléia

Nº 148

CURITIBA, SEXTA-FEIRA, EM 13 DE JANEIRO DE 1989

ANO XV

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 11ª LEGISLATURA  
ATA DA 114ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 13 DE JANEIRO DE 1989.

SEXTA-FEIRA

Presidência do Sr. Deputado Anibal Khury, secretariada pelos Srs. Deputados Werner Wanderer e Lauro Lobo Alcantara.

A hora regimental, é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Antônio Annibelli, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Anibal Khury, Lindolfo Júnior, Vera Agibert, José Alves, Acyr Mezzadri, Algaci Túlio, Amélia Hruschka, Antônio Bárbara, Antônio Costenaro Neto, Artagão Mattos Leão, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Edmar Luiz Costa, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, João Arruda, José Afonso Júnior, José Felinto, José Rogério Carvalho, Lauro Lobo Alcantara, Lednidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Vasconcellos, Nereu Carlos Massignan, Nestor Baptista, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulino José Delazeri, Pedro Tonelli, Pirajá Ferreira, Quielise Crisóstomo, Rafael Greca, Raul Lopes, Sabino Campos, Tadeu Lúcio Machado, Valderi Mendes Vilela e Werner Wanderer (53). Achando-se em licença o Senhor Deputado Paulo Furiatti (01).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

## SESSÃO

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### Requerimentos:

#### REQUERIMENTO Nº 1154

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER preferência de discussão e votação, para o Projeto de Lei nº 002/89 (Mensagem do Governo nº 04/89), constante da Ordem do

Dia da presente Sessão Ordinária.

Sala das Sessões, em 13.01.89.

(a) RAUL LOPES

#### REQUERIMENTO Nº 1158

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado dos Transportes HEINZ GEORG HERMIG, solicitando a inclusão da pavimentação do trecho TUNEIRAS DO OESTE-DISTRITO DE APARECIDA DO OESTE.

Sala das Sessões, em 13.01.89.

(a) DIRCEU MANFRINATO

#### JUSTIFICATIVA:

Trata-se de um Distrito populoso responsável por grande arrecadação do Município, no setor da agricultura e pecuária, sendo distante de sua sede, dificultando o escoamento da sua produção.

Uma vez que o solo é formado por grande parte de arenito caiua, em épocas de chuva cria várias erosões, gerando sérios problemas no transporte de forma geral.

#### REQUERIMENTO Nº 1155

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, fundamentado no Inciso III, § 1º, do artigo 156 do Regimento Interno, REQUER, o encerramento de discussão do Projeto de Lei nº 01/89, constante da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 13.01.89.

(a) ARTAGÃO MATTOS LEÃO

#### REQUERIMENTO Nº 1157

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja registrado nos Anais desta Casa, o editorial do Jornal "Folha de São Paulo", publicado na primeira página, do dia 13 de janeiro do corrente ano, com o título: "Máxima ousadia contra a hiperinflação", conforme segue em anexo.

Sala das Sessões, em 13.01.89.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encontra-se em Plenário o Deputado Federal, visitando esta Casa, Gidel Dantas em companhia do Deputado Igo Iwant Losso, Ezequias Losso, do Pastor Paulo Pimentel de Carvalho; a Mesa registra com satisfação a presença de tão ilustres pessoas.

Encerrada a leitura do expediente, no Pequeno Expediente concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Sr.<sup>a</sup>s e Srs. Deputados.

Os jornais trazem em manchete, primeira página, artigo certamente pago pelos signatários e que são a Federação Nacional de Distribuição de Veículos Automotores, a Associação Brasileira de Distribuidores Volkswagen, a Associação Brasileira de Concessionários Chevrolet, a Associação Brasileira de Concessionários de Automóveis Fiat e a Associação Brasileira de Distribuidores Ford.

Inicia o documento sob forma de apelo aos Deputados Estaduais, com relação ao projeto de lei que institui o ICMS, cujo projeto foi votado ontem já em terceira discussão e o título do documento é: "Traição ao Povo", dizendo que não pode se admitir que automóveis sejam tributados em 25% no seu ICMS, também não pode ser considerado bem supérfluo e nem artigo de luxo. Depois de fazer um apelo patético aos eleitores do Paraná que entrem em contato com seus Deputados para não permitir tal absurdo, conclui a nota das associações, dizendo que o Governador do Estado, Álvaro Dias, já adotou procedimento correto, considerando o carro nacional um produto normal de consumo. O Paraná vai taxar apenas automóveis eventualmente importados, com os 25%.

Aí diz: "você contribuinte, acha que o carro é um produto supérfluo", só para dizer que as associações foram mal informadas, como também a Federação Nacional, ou mandaram publicar este artigo, este documento já há alguns dias passados, porque está totalmente fora de época, ele é inoportuno, ele é desinformado, porquanto o Governo do Estado, após ter encaminhado a esta Casa projeto de lei instituindo o ICMS, houve uma reação das federações, das associações produtoras, comerciais, industriais do Paraná, que numa comissão conjunta com funcionários da Fazenda e a intervenção de Deputados da Assembléia do Estado, representados pelo Bloco Parlamentar, e também membros da Comissão da Agricultura desta Casa, resultou na redução de 25% para 17%, realmente e quem não considera o automóvel artigo de luxo e bem supérfluo, somos nós, os Deputados, tanto é que o Governo do Estado assim concordou.

Não podia deixar de fazer alusão a este documento que as associações a que me referi e a Federação, a FENABRADE, fizeram publicar com o título de "Traição ao Povo", porque a iniciativa, inclusive, dos 25% não coube aos Senhores Deputados. Aqui nesta Casa é que se reduziu de 25% para 17%.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nobre Deputado Raul Lopes com a palavra.

O SR. RAUL LOPES - Sr. Presidente, Srs. Deputados, companheiros que nos dão a honra de visitar e que já foram citados e nominados por essa Mesa, cuja presença nos honra neste Plenário.

Nós estamos ocupando a tribuna para dizer algumas coisas a respeito da segurança nas escolas, algo sobre defesa da ecologia e como não poderia deixar de ser, o pacote de verão. Mas, é evidente que neste Expediente eu tenho muito pouco tempo e não poderei discorrer à vontade alguma coisa da qual eu gostaria de detalhar e chamar a atenção dos nossos Pares para os assuntos tão importantes, como é o plano referente ao pacote administrativo e econômico que o Governo deverá lançar dentro de algumas horas.

Vamos, então, nos ater dentro da segurança das escolas o que foi motivo de preocupação e tem sido motivo por toda a nossa comunidade, Governo inclusive, e a Secretária da Educação, recentemente ascendida a sua respectiva Pasta, de nome Gilda Poli, preocupada naturalmente com o número excessivo de matrículas que estão sendo procuradas, na área pública, na área estadual, haja vista a área privada estar a alinhar recursos exorbitantes, ela teria dito mais ou menos assim: a compreensão da comunidade para que a comunidade, naturalmente se houvesse em procurar aquilo que mais lhe conviesse. Mas é evidente que a comunidade procura centrar as necessidades, os interesses na escola pública próxima de si e a escola pública, evidentemente, não tem a estrutura necessária para absorver todo esse grande contingente.

O clima econômico-financeiro do País é difícil, a sociedade, a comunidade não tem recurso para tal e como tal procura o melhor para si.

Então ela pedia a compreensão e a receptividade de todos no sentido de procurar outras. Mas a comunidade, através desta Casa, através da Comissão de Segurança Pública, da qual temos a honra de presidir, tem nos procurado e sensibilizado em tentar assistir a área governamental para que dê na sua extensão uma atenção necessária.

Agora mesmo eu assisti ao Deputado Alborghetti, que desempenha também o papel de repórter no programa na hora do almoço, fazer uma observação e chamando a atenção para as autoridades policiais face à violência que grassa em Curitiba. E aí está a intranquilidade da comunidade em pedir um total apoio e até certo ponto ficar preocupada, nervosa, tensa, e será que nós, em declinando da escola privada e transferindo os nossos filhos para a escola pública,

será que o Estado dará a segurança necessária? Não vai ocorrer com nossos filhos o que realmente vem ocorrendo nessas escolas? E é em função disso que eu venho a esta tribuna para pedir e até aqui dar um apoio a essa Secretária da qual eu admiro e tenho uma consideração, um respeito muito grande, e uma confiabilidade extraordinária que ela desempenhará a contento e satisfatoriamente a sua missão, pedir que o Secretário de Segurança dê a atenção necessária porque, nesta tribuna, eu me recorro de ter chamado a atenção, com veemência, para aquilo que é muito importante, que é a formação desse poder jovem que será o futuro deste País. Um País indeciso, inseguro, tumultuado como eu vou procurar dizer se assim o meu Líder me permitir e me conceder o Horário da Liderança para falar alguma coisa sobre o Plano Verão e assim sendo, eu quero chamar a atenção para que o nosso Secretário de Segurança trabalhe immanado, unido, integrado com essa Secretária para que possa dar continuidade ao trabalho e naturalmente alcançar resultados a nível de Governo.

Concluindo, Sr. Presidente, por antecipação já quero assim me permitir, chamá-lo Presidente, porque será aclamado por todos nós se Deus quiser. E assim sendo, eu quero vos dizer que o Secretário de Segurança terá, indiscutivelmente, que dar o apoio, porque estarei nesta tribuna, pedindo com a veemência que é de todos nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Não há oradores inscritos no Grande Expediente. Passamos ao Horário das Lideranças.

PDS com a palavra.

(Declina)

PDC com a palavra.

(Declina)

PSDB com a palavra. Concedo a palavra ao Deputado Raul Lopes.

O SR. RAUL LOPES - Sr. Presidente, Srs.

Deputados, nunca foi tão fácil a gente continuar na tribuna. Eu desci se soubesse teria continuado. Estou animado, estou entusiasmado porque eu vivo um novo Brasil, vivo um momento eufórico nesta Assembleia, onde aqui encontro a alegria estampada em todos nós. Uma satisfação espetacular, como estou vendo o companheiro Nestor Baptista, Líder do Governo. Eu vou então começar, Senhor Presidente, vou deixar de lado a defesa da ecologia se der tempo volto a falar, mas vamos falar sobre o "Pacote de Verão". Isto traduzido, quer dizer: as medidas administrativas, as medidas econômicas que o Governo, naturalmente, vendo a especulação, a corrida especulativa da classe empresarial e comer-

cial de quem assim tem o interesse de atravessar e em atravessando tem tumultuado e prejudicado todo esse processo, e como tal, atente companheiros da Assembleia Legislativa, tem sobrado para nós porque muitos estão atribuindo a responsabilidade a nós, políticos por este estado de coisas! E aqui venho e já estou alinhando, preparando um artigo para tornar público nos jornais, nos órgãos de comunicação deste Estado e que saia em alguns Estados do Brasil, para dizer: é balela, é mentira! Nós políticos não somos de todo responsáveis. Existe uma classe, uma elite dominante neste País que não tem correspondido, haja vista a preocupação do governo federal.

Eu, que por diversas vezes vim a esta tribuna para agredir, até certo ponto, chamando e transferindo a responsabilidade a ele. Desta feita quero também retomar para dizer que a responsabilidade não cabe tão somente a ele. Vejam, companheiros, há algumas horas atrás ele anunciou antecipar o plano econômico, as medidas administrativas e já se houve uma corrida enorme no sentido de remarcar, deturpar todo o processo. E aí eu pergunto à comunidade nacional: como é que vamos ficar? É preciso que haja conscientização, responsabilidade cívica neste país se não nós todos não vamos chegar a coisas nenhuma. Nós estamos tão somente antecipando o que os grandes analistas políticos, chamam a atenção de todos nós, alguns até atribuindo como responsabilidade a nós - pela omissão, por não termos participado. Muito pelo contrário, nós políticos, pelo menos este Deputado que vos fala procura e tem desenvolvido o máximo no sentido de fortalecer e chamar a atenção da unidade nacional.

Razão pela qual, concito também, os governos a começar pelo Governo Federal, a usar os seus órgãos de comunicação social para chamar a atenção de todos e mais uma vez chamar a atenção da comunidade, porque, em chamando a atenção da comunidade, eu quero crer que estamos chamando a atenção do Brasil, porque comunidade é o colosso, é a sustentação, a força, é a expressão nacional que representa este País, para se integrarem junto conosco, e darem o apoio necessário no sentido de cobrar para salvaguardar o que determinados elementos, irresponsáveis alguns, responsáveis pelas suas respectivas empresas na área industrial e comercial, e estão aí, numa forma desenfreada a remarcar e a prejudicar todo um processo que naturalmente vai sobrar para todos nós.

Por isso políticos, queridos companheiros ...

O Sr. Paulino José Delazeri - Vossa Excelência permite-me um aparte?

(Assentimento).

Deputado Raul Lopes, nós estamos tão preocupados quando Vossa Excelência com a conjuntura nacional, com estes problemas que o Governo Federal, ao invés de encaminhar a solução deles, ao contrário, lança muito mais lenha na fogueira para agravar ainda mais a situação política, a situação social e econômica deste País.

Agora mesmo Deputado, parece-me que o principal e o fundamental das novas medidas econômicas do Governo Federal, o grande "pacote" anunciado nada mais é do que está sendo praticado deste já. O Governo tenta, neste momento, estimular, através de discursos, que os empresários tanto na área industrial como comercial, pratiquem um aumento abusivo dos preços sob o argumento de que haverá um congelamento e o Governo fica estimulando, através deste argumento, exatamente para conter a inflação à base de um mecanismo já conhecido, que é o mecanismo do equilíbrio entre a oferta e a demanda.

Ele está querendo, na verdade, fazer com que o poder aquisitivo da população seja ainda mais reduzido, através do aumento dos preços, através do estímulo ao aumento dos preços, para que não haja mais demanda do que oferta de produtos e é óbvio que com este mecanismo nós teremos uma diminuição de um lado da inflação, porque outros lados não estão sendo atacados.

Portanto, Deputado, no nosso entendimento, o que esse Governo faz irresponsavelmente, através dos discursos que pratica, dizendo que haverá congelamento de preços, é estimular a alta dos preços, a diminuição do consumo e é claro que atacando parcialmente a inflação, equilibrando a oferta, a procura de produtos, mas isso, sempre em detrimento do lado mais fraco, que é o lado desprotegido e desorganizado da sociedade, que é o lado do trabalhador, o lado do assalariado.

Nós não teremos fora isso, grandes e profundas mudanças que venham beneficiar o trabalhador. Vamos ter sim, novamente, políticas que vêm beneficiar as elites deste País.

Por isso estou ouvindo com muita atenção o seu pronunciamento e acho que a esta Assembleia, cabe desde já, começar a debater o que vai acontecer a este País a partir da semana que vem, porque vai afetar a vida de todos os brasileiros e nós também somos responsáveis pelos destinos desta Pátria, e muito responsáveis e podemos influenciar as decisões.

Muito obrigado pelo aparte, Deputado.

O SR. RAUL LOPES - Muito bem, Deputado Paulino. Eu pearia ao nosso querido Presidente mais um minuto para concluir e diria o seguinte: Paulino, você me permi-

prezado companheiro, assim tratá-lo, a alegria e a satisfação de dizer o seguinte: tomara que neste "Brasis", inicie-se nesta Casa de Leis, nas Assembleias Legislativas, um trabalho no sentido de mudar e salvaguardar toda a representação legislativa dentro do Brasil, no sentido que diz respeito aos políticos que não querem fazer nada, estão acomodados, estão atônitos e são como tal, os verdadeiros responsáveis.

Eu penso de forma diferente, estamos escrevendo alguma coisa a nível jornalístico e quero mais uma vez dizer a vocês, e pretendo mais outras vezes voltar a esta tribuna para dizer o seguinte: aqui no Paraná a Assembleia Legislativa, deste querido Estado, as coisas são diferentes. Se quiserem transferir a responsabilidade a nós, não será desta feita que nós vamos nos silenciar.

O Paraná está consciente, ciente disso, e, como tal, vai chamar à responsabilidade, começando por aqui e por todos nós - a conscientização cívica nacional no sentido de que sejamos todos responsáveis para a chamada do momento importante por que passa o Brasil.

Muito obrigado, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) PL com a palavra. (Declina).

PT com a palavra.

Tem a palavra o nobre Deputado Pedro Tonelli.

O SR. PEDRO TONELLI - Senhor Presidente, Senhores Deputados, Senhora Deputada presente, demais representantes dos funcionários públicos que aqui estão acompanhando o que é de interesse de muitos paranaenses, nossa saudação nesta sessão de sexta-feira.

Ontem foi anunciado através da Imprensa do Paraná e divulgado hoje mais um capítulo da tão propagandeada reforma administrativa do Governo Alvaro Dias que altera a administração do Estado do Paraná.

Muitos ainda se perguntam o que significa a atual proposição anunciada, porque nós não conhecemos ainda a sua proposta oficial que certamente tramitará nesta Casa. Qual será o significado desta reforma administrativa?

À primeira vista nós do PT julgamos que esta reforma significa nada mais nada menos do que um encaixe, o encaixe do Governo do Estado do Paraná, encaixando-se ao espírito e à prática do Governo Federal. Qual é o espírito e a prática do Governo Federal? Determinar que todos os setores produtivos, lucrativos que ainda estão sob o controle do Governo que estes setores sejam dados quase que de graça para a iniciativa privada usufruir depois de

no momento de pagar a conta, no momento do sacrifício, aí, neste momento, o Estado assumir as suas responsabilidades.

Então vejamos: o que está ocorrendo na Rede Ferroviária Federal, é um absurdo. O processo de privatização da Rede Ferroviária Federal é um absurdo desoçado, pois exatamente os trechos lucrativos da Rede Ferroviária Federal é que estão sendo concedidos à iniciativa privada. Os trechos deficitários, estes não, estes continuam sendo sustentados e subsidiados pelos cofres públicos. E tantos e tantos exemplos que nós temos aí de setores que estão sob o controle da administração pública e que são lucrativos, que são produtivos, e agora estão sendo entregues de graça e de mão beijada à iniciativa privada. A mesma coisa está ocorrendo, parece-me, com a reforma administrativa do Governo do Estado do Paraná. O abastecimento, um setor importante, a extensão rural, um setor importante, já está anunciado que por etapas serão privatizados.

A MINEROPAR desativada.

Vejam, Senhores a Mineropar, após ter investido com recursos públicos, todo o trabalho de pesquisa, de exploração do subsolo, após ter concluído o seu trabalho, e que nós sabemos muito bem, quem conhece as conclusões e os estudos sabe, que o Paraná tem uma grande reserva no subsolo, agora será desativada para ser privatizada. Que política é esta, Senhor Presidente, Senhores Deputados? Na hora de pagar contas é o Estado quem paga. Na hora de usufruir, concede à iniciativa privada.

Outras medidas anunciadas pelo Governo, eu não entendo. Sinceramente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu não entendo o que é que tem a ver a Secretaria da Justiça junto com a Secretaria do Trabalho. Eu não entendo. Ou será que a Secretaria da Justiça, que é nada mais nada menos do que administrar as penitenciárias do Estado, junto com a Secretaria do Trabalho, que cuida dos trabalhadores, será que trabalhador, agora, virou caso de polícia? Caso de penitenciária, que dá para jogar tudo junto, na mesma administração? Portanto, Senhor Presidente, Senhores Deputados, não entendo como é possível identificar a Secretaria da Justiça, que tem as penitenciárias para administrar, junto com a Secretaria do Trabalho, que deveria preservar o interesse dos trabalhadores.

O Sr. Nestor Baptista - Vossa Excelência concede-me um aparte?

O SR. PEDRO TONELLI - Na sequência, se houver tempo eu lhe concedo, nobre Líder.

Senhor Presidente, Senhores Deputados,

todos nós sabemos, não precisamos mais repetir aqui nesta tribuna, só podemos admitir a privatização de serviços públicos indispensáveis para a sociedade quando o Estado se julga incompetente para administrar. É somente com esta afirmação. Um Estado competente não pode, de maneira nenhuma, privatizar o que é bom para a sociedade para favorecer os empresários, para favorecer a iniciativa privada. Porque ao nosso ver não há diferença entre o Estado e a iniciativa privada para administrar. Se há competência. O que é que o empresário soma? Todos nós sabemos que o empresário é um parasita na sociedade. O empresário não acrescenta nada, porque nas empresas quem trabalha e quem produz é o técnico, é o assalariado, é o trabalhador. O empresário fica pelo mundo, usufruindo de benesses.

Por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não podemos concordar, de maneira nenhuma, com algumas medidas anunciadas, porque privatizar não resolve. Não adianta pensar que privatizar resolve. É preciso competência, que é o Estado. É incompetência da iniciativa privada. Aí sim, nós teremos um Estado bem administrado, um Estado onde suas riquezas servirão ao interesse da sociedade e não serão mais colocados de graça, de mão beijada, sem custos, àqueles que nunca produziram, que nunca trabalharam e nunca contribuíram.

Era isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Consulto à Liderança do PTB se deseja usar de seu horário.

(Declina)

Consulto à Liderança do PDT se fará uso de seu horário.

(Declina)

Consulto à Liderança do PFL se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, Srs. e Srs. Deputados.

O Governador Álvaro Dias acaba de anunciar a segunda etapa da sua reforma administrativa. (Lê):

A exemplo da primeira etapa, da "reforma", que contou com o concurso da bancada majoritária do PMDB nesta Casa, também esta, pelo menos à primeira vista, parece mais "de fachada".

Efetivamente, se o problema é enstugar a máquina, se a questão é fazer frente à crise financeira, se a intenção é reduzir custos na administração, há que se fazer uma reforma muito mais profunda.

Não será, com efeito, adotando medidas



paliativas como a simples fusão de Secretarias. Não será, com efeito, adotando medidas paliativas como a simples fusão de Secretarias ou com a inconsequente mudança de vinculação de órgãos, que se irá conseguir resultados práticos e efetivos, capazes de dar ao Governo as condições para trabalhar e produzir.

A nosso ver, repito, a mudança teria que ser prá valer, começando pela drástica redução do número de Secretarias, fundindo-se algumas e eliminando-se outras, com a conseqüente extinção dos cargos e estruturas.

Não vemos por que, para exemplificar, continuarem existindo, como Secretarias, as Pastas da Comunicação Social, do Planejamento, da Ciência e Tecnologia, da Política Habitacional, e do Esporte.

Nem tampouco entendemos necessárias as "Assessorias Especiais", existentes junto ao Gabinete Governamental, ou as mais de duas centenas de cargos DAS, criados pelos Governos do PMDB, junto à Casa Civil.

Aliás, ainda agora, o Sr. Governador anunciou a extinção da Subchefia de Assuntos Políticos da Casa Civil. Mas, e os cargos, também foram extintos, ou continuarão sendo ocupados, agregados à mesma superestrutura daquele órgão do Governo estadual?

Pelo que se vê, a reforma anunciada ficou, uma vez mais, na superficialidade, quando não na lembrança do que se apregoa ter sido feito antes, com a extinção de 8 mil cargos, que na verdade nunca tinham sido preenchidos e que, portanto, não representavam despesa nenhuma.

Percebe-se que é preciso mais transparência nas ações e decisões do Sr. Governador. É preciso, sobretudo, mais sinceridade, para que o falar e o agir não se distanciem ou, mesmo, não se choquem.

Lembre-se, a propósito, que a política da enganação, a política do endeusamento do governante, a política do abuso com a publicidade pessoal e personalista, não deu resultado nesses dois anos de gestão do atual Governo. É só confrontar o que se fez nesse sentido com o resultado das eleições do último 15 de novembro, para se concluir que o povo paranaense sabe o que quer e não se deixa mais seduzir pelo canto das sereias ou, quem sabe, das cigarras! A vitória das Oposições nos principais municípios do Estado, a começar por Curitiba, Londrina, Maringá e Ponta Grossa, fala mais alto que quaisquer palavras.

Assim, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a Bancada do PFL não podia deixar de se pronunciar hoje quando são publicados em todos os jornais da imprensa maior do Paraná a decisão e as medidas do Sr. Governador do Estado, não só pela timidez do seu alcance, nós entendemos, pelo que tam-

bém não se chegará à execução do enunciado, a exemplo do que se fez com a reforma administrativa primeira. Inclusive não se instalou a administração nas regiões obedecendo critério de centralização. Não me lembro que aquela primeira reforma tenha alcançado um êxito esperado, anunciado e prometido.

Também não posso entender que nesse rol de providências, que faça parte dessa reforma, a intenção da municipalização do ensino do primeiro grau sem que os municípios estejam previamente preparados, que tenham estrutura para, de uma hora para outra, sentirem-se na obrigação do ensino de primeiro grau, não só da 1.<sup>a</sup> à 4.<sup>a</sup> séries, mas todo o primeiro grau segundo anúncio que eu ouvi hoje, pela televisão, do Sr. Secretário.

E também, não me parece que o que se aguarda no País seja apenas a demissão de funcionários públicos; parece-me que não é só por aí, ou que não está aí a essencialidade da coisa. E, como disse o Deputado Pedro Tonelli, é evidente que estas reformas que os Estados anunciam, inclusive, no Estado de São Paulo, até o Quêrcia está fazendo reforma administrativa, anunciando extinção de algumas Secretarias e alguns órgãos do Governo de São Paulo, é porque o Governo Federal, resolveu ou decidiu, pela imperiosidade das circunstâncias financeiro-econômicas, em determinar que não se gaste mais do que se arrecada, zerar o déficit público; como conseqüência não haverá mais transferências para os Estados, Governo Federal a Estado a fundo perdido; isso vai dificultar, da mesma forma os empréstimos que os Estados estão, de poucos anos para cá, o que é que fazem, nos Estados as obras, os investimentos são repassados ao Governo Federal, a fundo perdido ou empréstimos que nós tomamos, em dólares e que, ao longo de cada ano acrescenta-se à dívida, sem que sequer paguemos os juros.

Portanto, Sras. e Srs. Deputados, quero, embora descrente, mas também como cidadão e como político, quero desejar êxito, inclusive às medidas do Governo Federal, como também às do Governador Álvaro Dias, porque alguma coisa há que se fazer neste País, neste Estado e nos municípios do Brasil.

E, aproveitando a oportunidade, Srs. Deputados, seria bom que o Governador do Estado voltasse a examinar a possibilidade desta Casa examinar uma Mensagem que propôs a esta Casa em agosto de 87, de nº 60/87, que aquela fala bem da austeridade administrativa.

Portanto, Sr. Presidente, Srs. Deputados, gostaria que as medidas anunciadas pelo Sr. Governador do Estado tenham êxito mas que não só restritas às demissões de

funcionários públicos, outras providências podem ser tomadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Concedo a palavra, no Horário das Lideranças, ao PMDB.

Havendo declinado, passamos à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Raul Lopes, constante do expediente, solicitando preferência de votação para o Projeto de Lei nº 002/89. Aprovado.

De conformidade com o requerimento de preferência de votação acima aprovado:

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 002/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 004/89), objetivando alterar, a partir de 1º.02.89, o valor das gratificações que especifica, previstas nas leis que menciona, assim como o da "gratificação policial militar especial", de que trata a Lei nº 6.417/73, alterada pela Lei nº 7.434/80, conforme os percentuais que estabelece para cada posto ou graduação. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CF, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Public. no DA n. 145, de 10.01.89, Mensagem).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 002/89

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 004/89, o presente projeto de lei tem por objetivo alterar, a partir de 1º de fevereiro de 1989, o valor das gratificações que especifica, previstas nas leis que menciona, assim como o da "gratificação policial militar especial", de que trata a Lei nº 6.417/73, alterada pela Lei nº 7.434/80, conforme os percentuais que estabelece para cada posto ou graduação.

Analisando a matéria sob o aspecto legal e constitucional, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que nada há que possa obstar a sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.01.89.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

HERMAS BRANDAO

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS

#### PROJETO DE LEI Nº 002/89

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental nº 004/89, o presente projeto de lei tem por objetivo alterar, a partir de 1º de fevereiro de 1989, o valor das gratificações que especifica, previstas nas leis que menciona, assim como o da "gratificação policial militar especial", de que trata a Lei nº 6.417/73, alterada pela Lei nº 7.434/80, conforme os percentuais que estabelece para cada posto ou graduação.

A Douta Comissão de Constituição e Justiça ao analisar o aspecto legal e constitucional da matéria posicionou-se pelo parecer favorável, pois nada encontrou que obstasse o trâmite legal deste projeto.

Esta Comissão de Finanças por ter o mesmo entendimento que a Douta Comissão de Constituição e Justiça, posiciona-se no mesmo sentido, ou seja, favoravelmente a matéria.

Nestas condições, e por inexistirem óbices que possam prejudicar o trâmite normal da presente proposta pelos demais órgãos desta Colenda Casa, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.01.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia, conforme me avulso distribuído aos Srs. Deputados:

3ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 001/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 02/89), que objetiva majorar, a partir de 1º de janeiro de 1989, os vencimentos dos funcionários dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo, do Tribunal de Contas do Estado, dos membros da Magistratura e do Ministério Público, dos Conselheiros e Procuradores do Tribunal de Contas do Estado e o soldo dos integrantes da Polícia Militar. Com PARECERES FAVORÁVEIS da Comissão Geral, por maioria. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei Complementar nº 003/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem nº 05/89), objetivando da nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei Complementar nº 07, de 22 de dezembro de 1976 (Estatuto do Magistério com as alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 13, de 23 de dezembro de 1981. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CF, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA 146, de 11.01.89)

Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 03/89

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 005/89, o presente plano de lei, tem por finalidade dar nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei Complementar n° 7, de 22.12.76 (Estatuto do Magistério), com as alterações introduzidas pela Lei Complementar n° 13 de 23.12.81.

De acordo com a Constituição Estadual a competência para a iniciação do processo legislativo das Leis que disponham sobre tal matéria compete privativamente ao Chefe do Poder Executivo.

O plano de lei ora submetido a esta Comissão consulta os interesses do ensino e da classe dos professores e nesse sentido atende aos interesses do Estado.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.01.89.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

CAÍTO QUINTANA

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 003/89

PARECER:

O projeto de lei complementar em pauta, oriundo da Mensagem Governamental n° 005/89, objetiva dar nova redação aos dispositivos que especifica, da Lei Complementar n° 7, de 22 de dezembro de 1976 (Estatuto do Magistério) com as alterações introduzidas pela Lei Complementar n° 13, de 23 de dezembro de 1981.

No plano legal e constitucional a matéria mereceu total apoio da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Douta Comissão de Finanças, no aspecto que lhe cabe analisar, conforme disposição regimental, vem a se pronunciar favoravelmente pois inexistem óbices que possam vir a prejudicar o seu trâmite pelos demais órgãos desta Colenda Casa.

Assim sendo, nestas condições, o nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.01.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 004/89, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 06/89), objetivando alterar normas legais pertinentes ao pagamento da

"gratificação de regência de classe" de que cuida o art. 10 da Lei n° 7.099, de 08.01.79, ao pessoal com efetiva urgência de classe em disciplinas de 5ª a 8ª séries do 1º Grau e a 1ª a 4ª séries do 2º Grau, e dá outras providências. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e CF, por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. (Publ. no DA n° 146, de 11.01.89, Mensagem).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI N° 004/89

PARECER:

Oriundo da Mensagem Governamental n° 006/89, o presente projeto de lei tem por objetivo alterar normas legais pertinentes ao pagamento da "Gratificação de Regência de Classe", de que cuida o Art. 10 da Lei n° 7099 de 08.01.79 ao pessoal com efetiva urgência de classe em disciplinas de 5ª a 8ª séries do 1º Grau e a 1ª a 4ª séries do 2º Grau, e dá outras providências.

Analisando a matéria sob o aspecto legal e constitucional, a que é chamada a opinar esta Comissão de Constituição e Justiça, temos que nada há que possa obstar sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa.

Nestas condições, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.01.89.

(aa) TADEU LÚCIO MACHADO

Presidente

JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS  
PROJETO DE LEI N° 004/89

PARECER:

Encaminhado a esta Augusta Casa de Leis, via Mensagem Governamental n° 006/89, o projeto de lei em questão objetiva alterar normas legais pertinentes ao pagamento da "Gratificação de Regência de Classe", de que cuida o art. 10 da Lei n° 7.099, de 08 de janeiro de 1979 ao pessoal com efetiva urgência de classe em disciplinas de 5ª a 8ª séries do 1º Grau e a 1ª a 4ª séries do 2º Grau, e dá outras providências.

A matéria veio a receber total acolhimento na Comissão de Constituição e Justiça, nos aspectos legal e constitucional da proposta em análise.

Conforme justificativa governamental que acompanha a presente proposta, observa-se que se deve levar em conta a necessidade e oportunidade da mesma.

Esta Douta Comissão de Finanças, chamada a opinar, vem a seguir o entendimento da Comissão supracitada, por inexistirem óbices que possam prejudicar o trâmite normal da medida, pelos demais órgãos desta Colenda Casa.



Assim sendo, o nosso entendimento é favorável, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.01.89.

(aa) CÂNDIDO BASTOS

Presidente

JOSÉ ROGÉRIO CARVALHO

Relator

Aprovado.

O SR. ORLANDO PESSUTI (Pela Ordem) - Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever no Horário de Explicações Pessoais.

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Está inscrito.

Sobre a mesa, requerimento de n° 1157, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de n° 1158, de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de n° 1155, de autoria do Sr. Deputado Artagão Mattos Leão, constante do expediente. Prejudicado.

O SR. NESTOR BAPTISTA (Pela Ordem) - Eu solicito desculpas ao Deputado Orlando Pessuti, mas eu gostaria apenas que se registrasse em Ata uma nota de hoje, Sr. Presidente, do Jornal "Folha de São Paulo", onde do PC do B de São Paulo, através do Vereador Aldo Rebello, manifesta o seu repúdio à Prefeita Luiza Erundina, por ter colocado à disposição do Serviço Nacional de Informações, o SNI, três funcionários da Prefeitura Municipal, daquela Capital.

E, eu gostaria de me associar, portanto, Sr. Presidente, a este repúdio do Vereador Aldo Rebello, repito, do PC do B, de São Paulo.

#### EXPLICAÇÕES PESSOAIS:

O SR. PRESIDENTE (Aníbal Khury) - Em Explicações Pessoais, conôdo a palavra ao Sr. Deputado Orlando Pessuti, inscrito.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Deputadas; mais uma vez os desacertos da política econômica do Governo Federal têm seus reflexos negativos dirigidos contra a agropecuária paranaense. O Presidente Sarney, quando do sancionamento da lei orçamentária, procedeu inúmeros vetos, cujo resultado final se traduziu no corte de mais de 12 trilhões de cruzados destinados à agropecuária nacional no orçamento da União para o exercício de 1989. Quando efetuamos uma análise mais criteriosa do assunto,

ficamos estarelecidos, incrédulos com o que vimos, pois no ano de 1988 a agropecuária nacional foi um dos poucos setores que apresentou um crescimento positivo. Na pauta das exportações a agropecuária contribuiu com 10 bilhões e 600 milhões de dólares em divisas para o País; em paralelo, verificamos ainda que tal crescimento se deu no setor agropecuário a despeito do fato de ter o setor industrial também diminuído, decrescido em 2,9% em 1988.

Embora ainda, Sr. Presidente e Srs. Deputados, sem confirmação oficial, o Governo Federal no bojo de suas reformas administrativas estaria extinguindo a CFP, Companhia de Financiamento à Produção; a CIBRAZEM; o IBDF; a EMBRATER e o EMBRAPA. Ora, Srs. Deputados, isto é o cúmulo deste Governo que já não sabe mais os rumos que quer tomar. A assistência técnica, oferecida aos pequenos e médios agricultores, levados a efeito com recursos da EMBRATER, deixará de ser executada pelo serviço de extensão rural, e os reflexos logo advirão, quando retornarem as quedas de produção, em especial a do milho, do feijão, do arroz, do leite, todos os gêneros de primeira necessidade na mesa dos consumidores; até mesmo a nossa auto-suficiência na produção do trigo está comprometida. Sem os recursos financeiros da EMBRAPA, vamos ter que desativar inúmeras pesquisas já iniciadas pelo Instituto Agrônômico do Paraná, o IAPAR, onde recursos anteriores já foram empregados e os resultados técnicos de pesquisa já estariam sendo colhidos. Tem sido através da pesquisa que o Paraná desenvolveu novas sementes, plantas mais resistentes, incrementou a produtividade de nossas lavouras. Os recursos empregados na pesquisa, retornam aos cofres públicos com grande intensidade, com multiplicação muitas vezes superior ao seu valor original, não sendo portanto, nenhuma causa de déficit público, razão pela qual não podemos entender os cortes orçamentários efetuados pelo Governo Federal neste setor.

De que nos valerá uma lei agrícola, Sr. Presidente e Srs. Deputados, conquistada a custo de tanto suor, tantas lágrimas nos debates constituintes, sem que venha respaldada por uma política agrícola e com a garantia dos recursos financeiros necessários?

Convoco a todos os Parlamentares desta Casa para que somem seus esforços junto ao Bloco Parlamentar Agropecuário e à Comissão de Agricultura, para que possamos através de ações junto à Bancada Federal do Congresso Nacional pressionar pela derubada desses tão desastrosos vetos presidenciais do orçamento para 1989. Para tanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, estamos nós na condição de Coordenador do Bloco Agropecuário, e o Deputado Sabino Cam-

pos na condição de Presidente da Comissão de Agricultura, gerenciando junto ao Secretário de Estado da Agricultura, Dr. Osmar Dias, para que tenhamos condições e na próxima semana, terça-feira, realizarmos aqui neste Poder, na Assembleia Legislativa do Paraná, uma reunião com os Deputados da Comissão de Agricultura e do Bloco Parlamentar da Agropecuária para, juntos avaliarmos a profundidade, a intensidade desses cortes orçamentários, que somam quase 13 trilhões de cruzados, que representam mais de 87% de todos os recursos esperados pela agropecuária nacional.

Na próxima segunda-feira teremos na Secretaria de Estado da Agricultura uma reunião do COPAP, que envolve todos os setores produtivos do setor primário deste Estado e nesta ocasião lá estarão dois paranaenses que militam na esfera federal como representantes deste Estado, Dr. Sebastião Rodrigues do Banco do Brasil e Dr. Luiz Norberto Ratto da CFP. Iremos conversar com eles, e na terça-feira aqui estaremos para debater com o Secretário de Estado da Agricultura e para que ele possa nos apresentar a intensidade, os efeitos e as causas que este corte orçamentário terá, não só para a agricultura e a pecuária paranaense, mas toda a agropecuária nacional.

Conclamo, portanto, todos os Srs. Deputados para que fiquem atentos ao chamado que faremos chegar ao gabinete de Vossas Excelências para a reunião...

O Sr. Dirceu Manfrinato - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. ORLANDO PESSUTI - ...da próxima semana, na terça-feira se tudo for acertado.

Concedo um aparte ao Deputado Dirceu Manfrinato.

O Sr. Dirceu Manfrinato - Eu quero parabenizá-lo e somar com Vossa Excelência quando defende os interesses da agricultura do nosso Estado, que na verdade vem ao encontro das aspirações do setor pecuário e agrícola em todo o País.

Acho que não só Vossa Excelência como nós, mas toda a Assembleia Legislativa do Paraná, composta pelos 54 Srs. Deputados, deveríamos fazer um manifesto em apoio ao Secretário de Estado da Agricultura, Dr. Osmar Fernandes Dias, porque é a responsabilidade e o compromisso que temos nesta Casa de brigarmos pelo interesse de uma maior produtividade para que o Paraná como foi sempre o celeiro no setor nacional de grãos, não pode ser prejudicado pela incompetência e desrespeito da ordem do Governo Federal com os trabalhadores, com os produtores, que geram neste Estado e no

Brasil as grandes riquezas.

Muito obrigado por me conceder o aparte, apesar de estar um pouco nublado aqui na frente, por isso não tenho muita oportunidade de vê-lo, mas agradeço a Vossa Excelência.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Eu agradeço o aparte de Vossa Excelência, Deputado Dirceu Manfrinato, e o incorporo em meu pronunciamento, acatando a sua sugestão de fazermos este voto de reconhecimento e louvor ao Secretário Osmar Dias, porque, realmente, ele, na defesa dos interesses do Paraná e do Governo Álvaro Dias, tem se destacado com muito brilhantismo. E ainda ontem, quando com ele estivemos, tivemos a oportunidade de sentir a preocupação daquele Secretário de Estado, preocupação esta que foi transferida também ao Governador Álvaro Dias para que Florianópolis levasse a preocupação do Estado na reunião dos três Governadores do Cone Sul.

Portanto, Sr. Deputado, registro com satisfação e incorporo o seu aparte ao nosso pronunciamento. E aguardamos, realmente, Sr. Presidente e Srs. Deputados, que na próxima terça-feira possamos ajustar os ponteiros e fazermos aqui nesta Assembleia esta reunião para termos os esclarecimentos necessários e iniciarmos uma caminhada na defesa da agropecuária paranaense e brasileira.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 16, às 10:00 horas, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei n.ºs 345/88 e 001/89.

2.ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n.º 003/89 e dos Projetos de Leis n.ºs 002/89 e 004/89.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, E FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO LINDOLFO JÚNIOR, EM SESSÃO DO DIA 13 DE JANEIRO DE 1989.

"Máxima ousadia contra a hiperinflação"

A ameaça ineludível, iminente e assustadora de um colapso hiperinflacionário no Brasil não permite, ao governo Sarney, nem mais um dia de hesitação. Exige a adoção de medidas não apenas duras - seria pouco na atual circunstância -, mas de uma de-

vastadora, cruel, extrema violência no controle dos gastos públicos. Não bastam as promessas de que o governo só gastará o que arrecadar. É necessário vencer, com máxima ousadia, um agravamento insuportável de todo o descrédito e ceticismo que cerca o seu governo - o que viria a provocar, com uma fuga de capitais e uma aceleração, vertiginosa das expectativas inflacionárias, o mais grave, o mais alarmante desastre econômico e institucional de que se possa ter notícia no país.

Riscos desta natureza não se afastam com um simples plano de ajustes técnicos - por mais competentes que sejam - mas em função de uma radical investida política; de uma demonstração de austeridade arrasadora e indiscutível; de um ato de coragem capaz de ganhar, graças a um conteúdo surpreendente, heróico e estarrecedor, a confiança plena da sociedade brasileira.

Não convence o argumento de que o governo Sarney careceria de sustentação para uma iniciativa deste tipo. Apoio político não é algo que se detenha nas mãos, como um tesouro imune às frustrações experimentadas pela sociedade. É algo que se conquista, com audácia, com determinação, com ímpeto, com a consciência premente e inabalável dos perigos a enfrentar.

O Presidente Sarney não está alheio, decerto, à dramaticidade da situação vivida pela economia brasileira. A dúvida, a angústia, a grande ameaça do momento é a de que saiba reagir com o ímpeto necessário. Não se pode minimizar o grau das exigências, dos reclamos, das desconfianças que pesam sobre o próximo choque econômico. São de tal modo veementes, carregam consigo experiência de tantas decepções, de tantos fracassos de tantas proclamações vazias de tantos equívocos cometidos pelo Governo que somente atitudes espetaculares abrangentes e cabais poderão conferir ao novo choque a credibilidade de que necessita. Medidas incompletas, decepcionantes, tímidas, gradualistas ou simplesmente erradas só contribuirão para precipitar, em meio ao pânico e à desmoralização definitiva do governo, uma corrida hiperinflacionária da qual não há retorno - e que termina, forçosamente, na tragédia institucional.

O governo está ameaçado de um malogro que teria origem na sua própria timidez, na sua própria hesitação, na sua própria

ausência de ousadia. Agravará todavia apoio para as medidas econômicas - se vierem acompanhadas de uma avassalada audácia no corte das despesas públicas. Não tem por que se intimidar diante das críticas automáticas e vazias de um sindicalismo sem percepção das emergências reais em que se debate a economia. Não tem por que se curvar, mais uma vez, às pressões arcaicas de um fisiologismo insaciável, que de resto já lhe concedeu o tempo de mandato pretendido. Note-se, a este respeito, que não há quem cogite seriamente de abreviá-lo. Não interessa às principais forças políticas - muito menos, evidentemente, ao presidente Sarney - precipitar o país numa desestabilização institucional. É este, contudo, o risco que estará presente, se o governo não souber responder com máxima coragem à tormenta que se aproxima.

Não há mais um minuto a perder. Este momento configura uma encruzilhada dramática para o país. A decisão está nas mãos de um presidente que, até agora, parece não ter tido consciência da autoridade de seu cargo e das responsabilidades que este presume; que falhou por omissão, por excesso de otimismo, por teimosia, por subserviência a um esquema político que reúne o que há de mais atrasado, de mais personalista, de mais parasitário na sociedade brasileira. Terá de romper com tudo isto. Terá de afastar, pela clareza e pelo impacto de suas atitudes, uma desconfiança que durante quase quatro anos, com algumas interrupções, mas num ritmo implacável, acumulou-se amargamente na população. Terá de vencer o espírito acomodaticio, atônito, inconclusivo e débil que dirigiu suas atividades até agora.

Terá de vencer a si mesmo - ou então se verá, em questão de meses, de semanas ou de dias, arrastado por um desastre econômico, político e social sem precedentes na história brasileira. Será o único responsável por isto. Mas é a nação inteira - na dissolução absoluta de suas normas de convivência política, na destruição brutal de seus projetos de desenvolvimento no torvelinho de uma convulsão social irreversível, no pesadelo infernal da hiperinflação, da recessão econômica, da crise de valores e do colapso das instituições democráticas - quem irá pagar pelo seu fracasso.